

REPÚBLICA DE



CABO VERDE

# BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 48\$00

*Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.*

*O preço dos anúncios é de 30\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto será o respectivo espaço acrescentado de 30%.*

*Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.*

## ASSINATURAS:

	Ano	Semestre
Para o país .....	1 600\$00	1 100\$00
Para países de expressão portuguesa ....	2 200\$00	1 400\$00
Para outros países .....	2 600\$00	1 800\$00
AVULSO por cada página .....		4\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

*Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas de Quarta-feira de cada semana.*

*Os que o forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.*

*Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.*

## SUMÁRIO

## CONSELHO DE MINISTROS

## CONSELHO DE MINISTROS:

## Decreto-Lei 96/92:

Fixa uma gratificação mensal aos guardas ao serviço do Ministério da Educação que exercem as funções em regime de tempo nocturno integral.

## Decreto 97/92:

Aprova o Acordo de Empréstimo concluído entre o Governo de Cabo Verde e o Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África.

## CHEFIA DO GOVERNO:

## Despacho:

Definindo a previsão de cobrança dos impostos referidos no Decreto-Lei nº 101-0/92, de 23 de Novembro.

## Despacho:

Nomeando os elementos que indica para desempenharem as funções de membros do Conselho de Disciplina da P.O.P.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DO TRABALHO:

## Portaria nº 44/92:

Distribui aos Tribunais regionais e sub-regionais, Procuradorias regionais e sub-regionais, algumas verbas do orçamento geral do Estado.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO:

## Portaria nº 45/92:

Fixa os activos representativos e caucionadores das provisões técnicas a serem respeitadas, pelas seguradoras, a partir de 1 de Julho de 1992.

## Decreto-Lei nº 96/92

de 3 de Agosto

Para garantir a segurança das instalações escolares durante os períodos nocturnos, o Ministério da Educação tem ao seu serviço guardas que exercem funções em regime de tempo nocturno integral que, por falta de cobertura orçamental, não tem sido gratificado como, por lei, deveria ser.

Há, pois, que repor a legalidade, respeitando direitos legalmente protegidos.

Nestes termos,

No uso da faculdade conferida pela alínea f) do nº 1 do artigo 75º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## Artigo 1º

Os guardas ao serviço do Ministério da Educação que exercem as funções em regime de tempo nocturno integral, passam a auferir a gratificação mensal de 2 500\$.

## Artigo 2º

O disposto no artigo anterior aplica-se a todos os guardas nocturnos independentemente do seu tempo de serviços.

## Artigo 3º

O presente diploma prevalece sobre toda a legislação relativa ao pagamento de serviço extraordinário do pessoal nele contemplado.

## Artigo 4º

Este diploma entra em vigor, imediatamente após a sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

*Carlos Veiga — Jorge Carlos Fonseca — Eurico Correia Monteiro — José Tomás Veiga — António Gualberto do Rosário — Manuel de Jesus Chantre — Teófilo Figueiredo — Manuel Faustino — Rui Figueiredo Soares — Leão Lopes — Alfredo Teixeira.*

Promulgado em 22 de Junho de 1992.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO MANUEL MASCARENHAS GOMES MONTEIRO.

### Decreto nº 97/92

de 3 de Agosto

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## Artigo 1º

É aprovado, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 75º da Constituição, o Acordo de Empréstimo concluído entre o Governo de Cabo Verde e o Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África, em 2 de Julho de 1992, cujo texto em Francês faz parte integrante deste diploma, a que vem anexo.

## Artigo 2º

O empréstimo objecto do presente diploma, de um montante equivalente a nove milhões de dólares, destina-se ao financiamento dos custos de aquisição em divisas dos bens e serviços especificados de Anexo «A» ao acordo ora aprovado, necessários à execução do projecto de construção do novo Aeroporto da Praia, cuja descrição consta do Anexo «II» ao mesmo acordo.

## Artigo 3º

1. Sem prejuízo de outras obrigações a que fica adstrito por força das «Condições Gerais dos acordos de empréstimos e de garantia do Banco Árabe para o Desenvolvimento em África» e do próprio acordo ora aprovado, no âmbito da execução do projecto referido no artigo antecedente, o Governo de Cabo Verde fica obrigado a amortizar o empréstimo num prazo de 18 anos, em prestações semestrais e consecutivas, vencendo-se a primeira prestação em 1 de Julho de 1996 e a última em 1 de Janeiro de 2010.

2. Os montantes das prestações semestrais são os especificados no plano de amortização do empréstimo constante do anexo «I» ao acordo a que se refere o presente diploma.

## Artigo 4º

1. O empréstimo vence, ainda, juros à taxa de 3% ao ano, a incidir sobre o montante do empréstimo já utilizado e por reembolsar.

2. Os juros e eventuais comissões incidentes sobre o empréstimo são pagos semestralmente, nomeadamente, em 1 de Janeiro e em 1 de Julho de cada ano.

## Artigo 5º

O prazo de utilização de empréstimo cessa em 31 de Dezembro de 1996, ou em data posterior a fixar pelo Banco Árabe para o Desenvolvimento em África, mediante solicitação do Governo de Cabo Verde.

## Artigo 6º

1. São conferidos ao Ministro das Finanças e do Planeamento poderes necessários para representar o Governo de Cabo Verde junto do Banco Árabe para o Desenvolvimento em África em quaisquer actos ou para efeitos de cumprimento de quaisquer formalidades decorrentes da execução do acordo ora aprovado.

2. Os poderes conferidos no nº 1 deste artigo podem ser delegados, mediante documento bastante.

## Artigo 7º

Este decreto entra imediatamente em vigor e o mencionado Acordo de Empréstimo produzirá efeitos de conformidade com o que nele se estipula.

*Carlos Veiga — José Tomás Veiga — Teófilo de Figueiredo.*

Promulgado em 22 de Julho de 1992.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO MANUEL MASCARENHAS GOMES MONTEIRO.

### Accord de Prêt

#### (Project de Construction de l'Aéroport de Praia) entre la République du Cap Vert et la Banque Arabe pour le Développement Economique en Afrique En date du 2 Juillet, 1992

Accord en date du 2 Juillet, 1992 entre la République du Cap Vert (ci-après dénommée l'Emprunteur) et la Banque Arabe pour le Développement Economique en Afrique (ci-après dénommée la BADEA).

ATTENDU QUE A) L'Emprunteur a demandé à la BADEA de contribuer au financement du Project décrit dans l'Annexe «II» au présent Accord;

ATTENDU QUE B) L'Emprunteur a demandé au FONDS AFRICAÏN DE DEVELOPPEMENT (ci-après dénommé le FAD) de contribuer au financement du Project et que le FAD a accordé à cette fin un prêt d'un montant équivalent à onze millions sept cent trente mille dollars environ (\$11 730 000), aux conditions stipulées dans un accord conclu entre l'Emprunteur et le FAD;

ATTENDU QUE C) L'Emprunteur a demandé au FONDS SPECIAL DU NIGERIA (ci-après dénommé le FSN) de contribuer au financement du Project et que le FSN a accordé à cette fin un prêt d'un montant équivalent à huit millions trois cent soixante mille dollars environ (\$8 360 000), aux conditions stipulées dans un accord conclu entre l'Emprunteur et la BANQUE AFRICAÏNE DE DEVELOPPEMENT agissant au nom du FSN;

ATTENDU QUE D) L'Emprunteur participe au financement du Project et affectera à cette fin un montant équivalent à quatre millions sept cent cinquante deux mille dollars environ (\$4 752 000);

ATTENDU QUE E) L'objectif de la BADEA est de promouvoir le développement économique des pays d'Afrique dans un esprit de solidarité et d'intérêt mutuel, et de renforcer ainsi les liens qui unissent les Etats Africains et la Nation Arabe;

ATTENDU QUE F) La BADEA est convaincue de l'importance et de l'utilité dudit Projet pour le développement de l'Emprunteur;

ATTENDU QUE G) La BADEA a accepté, compté tenu de ce qui précède, d'accorder à l'Emprunteur un prêt aux conditions stipulées dans le présent Accord;

PAR CES MOTIFS, les Parties au Présent Accord sont convenues de ce qui suit:

#### Article premier

##### Conditions générales — définitions

Section 1.01 Les parties au présent Accord acceptent toutes les dispositions des Conditions Générales des Accords de prêt et de Garantie de la BADEA, ci-jointes, en date du 28 Octobre 1979, telles qu'amendées à la date du présent Accord, (ci-après dénommés les Conditions Générales), en leur reconnaissant la même force et les mêmes effets que si elles étaient incorporées au présent Accord.

Section 1.02 A moins que le contexte ne requière une interprétation différente, les termes et expressions définis dans les Conditions Générales et dans le Préambule au présent Accord ont, chaque fois qu'ils sont employés dans le présent Accord, les significations figurant dans les Conditions Générales et dans ledit Préambule. En outre, les termes ci-après ont les significations suivantes:

- a) «M.I.T.» désigne le Ministère des Infrastructures et des Transports de l'Emprunteur;
- b) «ASA,EP» désigne la Société Nationale des Aéroports et de la Sécurité Aérienne;
- c) «ESCUDOS» désigne la monnaie de l'Emprunteur;
- d) «Devises» toute monnaie autre que l'escudos.

#### Article II

##### Le prêt

Section 2.01 LA BADEA accepte de prêter à l'Emprunteur aux conditions stipulées ou visées dans le présent Accord, un montant de neuf millions de dollars (\$9.000.000).

Section 2.02 Le montant du Prêt peut être retiré du Compte de Prêt au titre des dépenses effectuées, ou, si la BADEA y consent, des dépenses à effectuer, pour régler le coût raisonnable en devises des biens et services nécessaires à l'exécution du Projet et qui doivent être financés au moyen du Prêt, tels qu'ils sont décrits dans l'annexe «A» au présent Accord y compris les modifications qui pourraient être apportées à ladite Annexe d'un commun accord entre l'Emprunteur et la BADEA.

Sections 2.03 A moins que la BADEA n'en convienne autrement, les biens et services nécessaires à l'exécution du Projet et financés au moyen du Prêt sont acquis conformément aux dispositions de l'Annexe «B» au présent Accord.

Section 2.04 La date de clôture est fixée au 31 Décembre 1996 ou à toute autre date postérieure fixée par la BADEA, à la demande de l'Emprunteur, et à lui notifiée dans les meilleurs délais.

Section 2.05 L'Emprunteur verse des intérêts au taux de trois pour cent (3%) l'an sur le montant du prêt retiré et non encore remboursé.

Section 2.06 Les intérêts et commissions éventuelles sont payables semestriellement le 1er Janvier et le 1er Juillet de chaque année.

Section 2.07 L'Emprunteur rembourse le principal du Prêt conformément au tableau d'amortissement figurant à l'Annexe «L» au présent Accord.

#### Article III

##### Execution du projet

Section 3.01 a) L'Emprunteur exécute le Projet, par l'intermédiaire du M.I.T. avec la diligence et l'efficacité voulues selon des méthodes administratives, financières et techniques appropriées; il fournit au fur et à mesure des besoins, les fonds, installations, services et autres ressources nécessaires à l'exécution du Projet.

Section 3.02 Pour l'exécution et la surveillance du projet, l'Emprunteur s'assure les services d'experts et de consultants dont les qualifications, l'expérience, le mandat et les conditions d'emploi sont jugés satisfaisants par la BADEA.

Section 3.03 L'Emprunteur soumet à la BADEA, pour approbation, le projet de programme d'exécution du Projet, ainsi que toutes modifications importantes qui pourraient y être ultérieurement apportées avec tous les détails que la BADEA peut demander.

Section 3.04 a) Outre les fonds du Prêt et les fonds visés dans les Attendus (B) et (C) du présent Accord, l'Emprunteur fournit au fur et à mesure des besoins, tous les autres fonds nécessaires à l'exécution du projet (y compris les fonds qui pourraient être nécessaires pour couvrir tout dépassement de coût par rapport au coût estimatif du Projet à la date de signature du présent Accord); tous ces fonds doivent être fournis à des conditions jugées satisfaisantes par la BADEA.

- b) L'Emprunteur s'engage à inscrire annuellement dans son budget les fonds requis pour financer la part des coûts du Projet qui lui incombe.

Section 3.05 L'Emprunteur s'engage à assurer ou à prendre toutes dispositions nécessaires pour faire assurer, tous les biens importés qui doivent être financés au moyen des fonds du Prêt auprès d'assureurs dignes de confiance. Ladite assurance couvre tous les risques que comportent l'acquisition, le transport et la livraison desdits biens jusqu'à leurs lieux d'utilisation ou d'installation et pour tous montants conformes à l'usage commercial; toute indemnité due au titre de ladite assurance est payable en une monnaie librement utilisable par l'Emprunteur pour remplacer ou faire réparer lesdites biens.

Section 3.06 L'Emprunteur (i) tient ou fait tenir les écritures nécessaires pour identifier les biens financés au moyen des fonds du Prêt et en justifier l'emploi dans le cadre du Projet, pour suivre l'avancement du Projet et son coût d'exécution et pour enregistrer de façon régulière, conformément aux principes comptables généralement admis, les opérations, les ressources et les dépenses, en ce qui concerne le Projet, des services et organismes de l'Emprunteur chargés de l'exécution.

tion de tout ou partie du Projet; (ii) donne, aux représentants accrédités de la BADEA, toute possibilité raisonnable d'effectuer des visites pour des fins se rapportant au Prêt et d'inspecter le Projet, les biens et tous documents et écritures y afférents; et (iii) fournit, à la BADEA tous renseignements que la BADEA peut raisonnablement demander en ce qui concerne le Projet et son coût d'exécution, les dépenses effectuées au moyen des fonds du Prêt ainsi que les biens financés au moyen desdites fonds.

Section 3.07 L'Emprunteur s'engage à prendre toutes les mesures nécessaires pour acquérir, autuant que de besion, tous terrains et droits fonciers nécessaires à l'exécution du Projet.

Section 3.08 L'Emprunteur s'engage à fournir, à la BADEA: (i) des rapports trimestriels dans un délai de 30 jours à compter de la fin de chaque trimestre de l'année civile, sur l'exécution du Projet dont le contenu et les délais sont jugés satisfaisants par la BADEA; et (ii) dans les six mois suivant l'achèvement du Projet, un rapport détaillé sur l'exécution du Projet, son coût, les avantages qui en découlent et en découleront et la réalisation des objectifs du Prêt.

#### Article IV

##### Dispositions particulières

Section 4.01 L'Emprunteur s'engage i) à entretenir les installations du Projet conformément à des méthodes techniques et financière appropriées; et ii) à fournir, ou à ce que soient fournis, au fur et à mesure des besoins, les fonds, services et autres ressources nécessaires à l'entretien desdites installations.

Section 4.02 L'Emprunteur s'assure les services du personnel qualifié et expérimenté nécessaire à un fonctionnement efficace de la ASA, EP.

Section 4.03 L'Emprunteur s'engage à (i) tenir ou faire tenir des comptes séparés pour le Projet (ii) faire vérifier chaque année, par des réviseurs-comptables indépendantes de compétence reconnue conformément aux principes de révision comptable généralement admis, lesdits comptes séparés; (iii) fournir à la BADEA, dans les meilleurs délais et, dans tous les cas, six mois au plus tard après la fin de l'année fiscale (A) des copies certifiées conformes desdits comptes vérifiés et (B) un rapport desdits réviseurs-comptables dont la portée et les détails sont jugés satisfaisants par la BADEA, et (iv) fournir à la BADEA tous autres renseignements concernant lesdits comptes séparés et leurs vérification que la BADEA peut raisonnablement demander

#### Article V

##### Suspension et exigibilité anticipée

Section 5.01 Aux fins d'application de la Section (8.02) des Conditions Générales, les faits ci-après sont également spécifiés conformément aux dispositions du Paragraphe (l-g) de ladite Section:

(i) Sous réserve des dispositions de l'alinéa (ii) de la présente Section:

(A) Le droit de l'Emprunteur de retirer les fonds provenant de tout autre prêt ou don accordé à l'emprunteur pour le financement du Projet a été suspendu ou annulé en tout ou en partie, ou il y a été mis fin en tout ou en partie, conformément aux dispositions de l'accord octroyant ledit Prêt ou don;

(B) Ce prêt est dû et exigible avant l'échéance stipulée dans l'Accord afférent audit Prêt;

(ii) L'alinéa (i) de la présente section n'est pas applicable si l'Emprunteur établit, à la satisfaction de la BADEA, (A) que ladite suspension, annulation, terminaison ou exigibilité anticipée n'est pas due à un manquement aux obligations lui incombant en vertu dudit Accord, et (B) qu'il peut obtenir auprès d'autres sources des fonds suffisants pour la réalisation du Projet à des conditions permettant d'honorer les obligations qui lui incombent en vertu du présent Accord.

Section 5.02 Aux fins d'application de la section (9.01) des Conditions Générales les faits ci-après sont également spécifiés conformément aux dispositions du paragraphe (g) de ladite Section, à savoir: le fait spécifié à l'alinéa (i-B) de la Section (5.01) du présent Accord est servenu, sous réserve des dispositions de l'alinéa (ii) de ladite Section.

#### Article VI

##### Date d'entrée en vigueur-terminaison

Section 6.01 Au sens de la Section (12.01) (b) des Conditions Générales, l'entrée en vigueur de l'Accord de Prêt est également subordonnée à la condition suivante:

— Toutes les conditions préalables à l'entrée en vigueur des Accords visés dans les Attendus (B) et (C) du présent Accord ou préalables aux décaissements initiaux, le cas échéant, et stipulées dans lesdits Accords, à l'exception de la condition relative à l'entrée en vigueur du présent Accord ont été remplies.

Section 6.02 La date du 31 Octobre 1992 est spécifiée aux fins d'application de la Section (12.04) des Conditions Générales.

#### Article VII

##### Représentation de l'Emprunteur-Adresses

Section 7.01 Le Ministre des Finances et du Plan de l'Emprunteur est le Représentant de l'Emprunteur aux fins d'application de la Section (11.03) des Conditions Générales.

Section 7.02 Les adresses ci-dessous sont spécifiées aux fins d'application de la Section (11.01) des Conditions Générales:

##### Pour l'Emprunteur

Ministère des Finances

et du Plan

B. P. No. 30

Praia

République du Cap Vert

Adresse télégraphique:

MCE

Praia

République du Cap Vert

Autre adresse pour les messages télex:	5. 1er Juillet	1998	277 000
No. 6058 MCE	6. 1er Janvier	1999	281 000
Praia	7. 1er Juillet	1999	286 000
Cap Vert	8. 1er Janvier	2000	290 000
Téléfax: (238) 613897	9. 1er Juillet	2000	294 000
Pour la BADEA:	10. 1er Janvier	2001	298 000
La Banque Arabe pour le Développement Economique en Afrique	11. 1er Juillet	2001	303 000
B. P. No. 2640	12. 1er Janvier	2002	307 000
Khartoum	13. 1er Juillet	2002	312 000
République du Soudan	14. 1er Janvier	2003	317 000
Autre adresse pour les messages télex:	15. 1er Juillet	2003	322 000
No. 22248 SD ou 22739 SD ou	16. 1er Janvier	2004	326 000
(583) 1665105 BADE X	17. 1er Juillet	2004	331 000
Téléfax 70600 ou (873) 1665106	18. 1er Janvier	2005	336 000
Khartoum	19. 1er Juillet	2005	341 000
Soudan	20. 1er Janvier	2006	346 000
	21. 1er Juillet	2006	352 000
En FOI DE QUOI, les Parties au présent Accord, agissant par l'intermédiaire de leur Représentant dûment autorisé à cet effet, ont fait signer le présent Accord en leur nom respectif à Khartoum, le jour, mois et an que dessus. Le présent Accord est établi en double exemplaire arabe et français, le texte français étant conforme au texte arabe qui seul fait foi.	22. 1er Janvier	2007	357 000
	23. 1er Juillet	2007	362 000
République du Cap Vert.	24. 1er Janvier	2008	368 000
Par	25. 1er Juillet	2008	373 000
Représentant autorisé	26. 1er Janvier	2009	379 000
<i>José Tomás Veiga.</i>	27. 1er Juillet	2009	384 000
Ministre des Finances et du Plan	28. 1er Janvier	2010	390 000

## ANNEXE «II»

## Description du projet

## OBJECTIFS DU PROJET:

Le projet de construction de l'Aéroport de Praia vise à:

1 — Intensifier les liaisons aériennes de la ville de Praia, Capitale du pays, avec les autres aéroports nationaux ainsi qu'avec les aéroports des autres pays et ce pour alléger l'isolement de l'archipel du Cap Vert.

2 — Doter la capitale du pays d'un aéroport qui pourra offrir les facilités pratiques pour accueillir les avions de type Air Bus 300-310.

3 — Diminuer le coût du transport qui représente une grande partie du coût total des marchandises et encourager le tourisme dans le pays.

## COMPOSANTES DU PROJET

Le site du projet a été choisi dans une zone ne présentant pas d'obstacles naturels. Il se situe à 3 kilomètres à l'est de la ville de Praia et a une côte moyenne de 90m. Le Projet comporte les composantes suivantes:

## ANNEXE «I»

## Tableau d'amortissement

Date de l'échéance		Remboursement du Principal (exprimé en dollars)
1. 1er Juillet	1996	261 000
2. 1er Janvier	1997	265 000
3. 1er Juillet	1997	269 000
4. 1er Janvier	1998	273 000

## A) Travaux de génie civil comprenant:

1 — Les travaux préparatoires et terrassements: déblais, remblais, nivellement, accès provisoires jusqu'au lieu de travail, amené d'eau et d'électricité.

2 — Les travaux de construction, goudronnage et réseaux divers comprenant:

\* La construction en goudron flexible d'une piste de l'aéroport de 2100 mètres de long et de 45 mètres de large avec deux accotements de 7,50 mètres chacun, et ce conformément aux spécifications prévues dans la Convention Internationale de l'Aviations Civile.

\* La construction d'un réseau routier goudronné reliant les différents bâtiments de l'aéroport à la piste dont la superficie, y compris les parcs et parking, est d'environ 50 mille mètres carré. Concernant les stands des avions, ils seront pavés en dalles de béton armé dont la surface est d'environ 7 mille mètres carré.

\* La construction de l'aérogare comprenant des bâtiments destinés au mouvement des passagers, aux services sociaux, de fret et de poste ainsi que les bureaux administratifs, la tour de contrôle, etc... Il est prévu également la construction d'ateliers d'entretien des avions, des équipements et autres matériels et la réalisation des réservoirs et réseau d'eau, d'un poste de transformation électrique et de l'éclairage nécessaire. la surface couverte des bâtiments est d'environ 17 mille mètres carré.

\* Les réseaux divers: réseaux électriques, téléphoniques, eaux, incendie et canalisation des eaux usées. Il est prévu aussi la construction d'une clôture autour de l'aéroport.

B) Equipement de l'aérogare, de la tour de contrôle, du fret et de la poste, et l'équipement d'information de la météorologie et de sécurité et un groupe électrogène de secours, etc...

C) Consultation et supervision de l'exécution du Projet.

\*\*\* \*\*

L'achèvement du Projet est prévu pour le 31 Décembre 1995.

## ANNEXE «A»

## Biens et services devant être financés et affectation du prêt de la BADEA

A. Le tableau ci-dessous indique les catégories de biens et services financés au moyen du Prêt, le montant du Prêt affecté à chaque catégorie et le pourcentage de dépenses financé:

Catégorie	Montant affecté (exprimé en dollars \$)	% de dépenses financé
1) Travaux de génie Civil (Composante A 2)	7 068 000	46,4% (du coût en devises)
2) Consultation et supervision (Composant C)	492 000	46,4 du coût en devises)
3) Non affecté	1 440 000	
Total	9000 000	

B) La BADEA peut, par voie de notification à l'Emprunteur, (i) réaffecter tout montant relevant de la catégorie No. 3 (non affecté) à l'une quelconque des autres catégories 1 et 2, dans la mesure ou ledit montant est nécessaire au règlement de dépenses effectuées au titre de ladite autre catégorie; et (ii) réaffecter tout montant relevant de l'une quelconque des catégories 1 et 2 à une autre des catégories e 1 et 2 dans la mesure ou ledit montant n'est plus nécessaire au titre de la première catégorie mais est nécessaire au règlement de dépenses effectuées au titre de l'autre catégorie.

## ANNEXE «B»

## Acquisition des biens et services

1) A moins que la BADEA n'en convienne autrement, tous les biens et services devant être financés au moyen du Prêt seront acquis par voie d'adjudication internationale. A égalité de qualité des biens et services et de capacité d'exécution, préférence sera donnée aux entreprises arabes, africaines ou arabe-africaines, à condition que l'écart des coûts ne dépasse pas 10%.

2) L'Emprunteur soumet à l'approbation préalable de la BADEA tous les contrats et ordres proposés pour l'acquisition des biens et services devant être financés au moyen du Prêt.

3) L'Emprunteur enverra à la BADEA des copies des documents de l'adjudication internationale et il apportera auxdits documents les modifications que la BADEA pourra raisonnablement demander. Dans tous les cas, les soumissionnaires seront préqualifiés et l'Emprunteur transmettra à la BADEA une liste des soumissionnaires préqualifiées pour l'examen et l'approbation de la BADEA. A la suite de la réception et de l'évaluation des offres l'Emprunteur présentera à la BADEA un rapport détaillé sur l'évaluation et la comparaison des offres reçues, accompagné de recommandations concernant l'attribution des marchés pour l'approbation desdites recommandations.

—oŝo—

## CHEFIA DO GOVERNO

Secretaria de Estado  
da Administração Interna

## Gabinete do Secretário de Estado

## Despacho

De conformidade com os critérios estabelecidos pelo Conselho de Ministros, ouvidas as Câmaras Municipais, a repartição do Fundo de Apoio Financeiro aos Municípios previsto no Orçamento Geral do Estado deste ano, bem como a previsão de cobrança dos impostos referidos no art. 2º do Decreto-Lei nº 101-0/90, de 23 de Novembro, constam do mapa anexo a este despacho, de harmonia com o nº 4 do art. 5º do citado Decreto-Lei.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna, 7 de Julho de 1992. — O Secretário de Estado,  
*Mário Ramos Pereira Silva,*

Mapa a que se refere o despacho do Secretário de Estado da Administração Interna

Concelho	A	B	C	D	E	F	G	H
	Imposto municipalizados prev. 92	60% Equitativamente	20% População	5% Superf.	3% Receitas fiscais	3% Índice isolam.	9% Índice correção	Total 92
Praia ... ..	39 812	7 600	9 222	866	61,6	—	—	57 561,6
S. Vicente... ..	20 673	7 600	5 710	539,2	70,2	—	2 800	37 392,4
Santa Catarina ... ..	7 859	7 600	4 598	650,8	87,7	—	—	20 795,5
Ribeira Grande ... ..	5 181	7 600	2 329	401,4	106,7	866	2 400	18 884,1
S. Filipe ... ..	4 517	7 600	2 832	928,8	113,4	—	900	16 891,2
S. Nicolau ... ..	2 603	7 600	1 534	921,6	148,3	866	1 300	14 972,9
Tarrafal ... ..	1 891	7 600	2 813	482,2	270,5	—	3 100	16 156,7
Santa Cruz ... ..	1 991	7 600	2 835	354,6	257,4	—	2 800	15 868,0
Brava ... ..	1 233	7 600	784	159,1	1 178,3	1 370	800	13 124,4
Boa Vista... ..	1 873	7 600	388	1 472,0	295,3	866	—	12 494,3
Maio ... ..	1 081	7 600	559	639	2 269,3	—	—	12 143,3
Mosteiros ... ..	1 539	7 600	919	201,9	447,9	—	—	10 707,8
Paúl ... ..	2 192	7 600	905	128,9	159,9	866	1 700	13 551,8
Porto Novo ... ..	2 806	7 600	1 664	1 239,9	124,9	866	200	14 500,8
Sal ... ..	4 746	7 600	872	513,1	107,7	—	1 100	14 938,8
Total ... ..	99 997	114 000	37 994	9 498,5	5 699,1	5 700	17 100	289 988,6

**Despacho**

Sob proposta do Comando-Geral da Polícia de Ordem Pública e nos termos do artigo 2º do Regulamento do Conselho de Disciplina da Polícia de Ordem Pública, aprovado pelo Decreto nº 73/92, de 24 de Junho, nomeio os seguintes elementos para desempenharem as funções de Membros do Conselho de Disciplina da P.O.P.:

## 1. Presidente:

1º Tenente — Domingos Monteiro Frederico.

## 2. Vogais efectivos:

Tenente Manuel António de Pina;

Tenente José Tomás Vasconcelos Furtado;

Sub-Tenente Manuel Correia Cabral;

1º Sargento Joaquim Tavares.

## Suplentes:

Tenente Adriano Correia Gonçalves;

Sub-Tenente Guilherme Cardoso.

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna, 21 de Julho de 1992. — O Secretário de Estado, *Mário Ramos Pereira Silva*.

—oço—

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
E DO TRABALHO**

**Direcção-Geral dos Assuntos Judiciários****Portaria nº 44/92**

de 3 de Agosto

1. Tornando-se necessário proceder à distribuição das verbas atribuídas aos Tribunais Regionais e Sub-Regionais, Procuradorias Regionais e Sub-Regionais.

Sob proposta da Direcção-Geral dos Assuntos Judiciários, ouvido previamente o Ministro das Finanças,

Manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Ministro da Justiça e do Trabalho, o seguinte:

Artigo 1º São distribuídas aos Tribunais Regionais e Sub-Regionais e Procuradorias Regionais e Sub-Regionais as seguintes verbas do orçamento Geral do Estado para 1992.

## I

*Tribunais Regionais e Sub-Regionais*

Capítulo 1º, divisão 7ª, código 1.41 — Salário do pessoal eventual:

Dotação orçamental	310 000\$00
Tribunal Regional da Praia — 1º Juízo Criminal .....	50 000\$00
Tribunal Regional da Praia — 1º Juízo Cível .....	50 000\$00
Tribunal Regional de Santa Catarina .....	40 000\$00
Tribunal Regional de S. Vicente — Juízo Cível .....	50 000\$00
Cativos para despesas diversas .....	120 000\$00
	<hr/>
	310 000\$00

Código 1.42 — Remuneração do pessoal diversos:

Dotação orçamental	200 000\$00
Tribunal Regional da Praia — 1º Juízo Criminal .....	30 000\$00
Tribunal Regional da Praia — 1º Juízo Cível .....	30 000\$00
Tribunal Regional de S. Vicente — Juízo Crime .....	30 000\$00
Tribunal Regional de S. Vicente — Juízo Cível .....	30 000\$00
Tribunal Sub-Regional da Brava .....	40 000\$00
Tribunal Sub-Regional do Paúl .....	20 000\$00
Tribunal Sub-Regional de S. Nicolau .....	20 000\$00

---

200 000\$00

Código 3º — Horas extraordinárias:

Dotação orçamental 25 000\$00

Código 9º — Abonos diversos espécie:

Dotação orçamental 420 000\$00

Tribunal Regional da Praia — 1º Juízo Criminal .....	70 000\$00
Tribunal Regional da Praia — 1º Juízo Cível .....	70 000\$00
Tribunal Regional da Praia — 2º Juízo Criminal .....	70 000\$00
Tribunal Regional da Praia — 2º Juízo Cível .....	70 000\$00
Tribunal Regional de S. Vicente — Juízo Crime .....	70 000\$00
Tribunal Regional de S. Vicente — Juízo Cível .....	70 000\$00

---

420 000\$00

Código 10º — Participações directas:

Providência social.

Abono de família ..... 260 000\$00

Código 14º — Deslocações-compensações de encargos:

Dotação orçamental 450 000\$00

Dedução 10% cativos. 45 000\$00

---

405 000\$00

Tribunal Regional da Praia — 1º Juízo Criminal .....	30 000\$00
Tribunal Regional da Praia — 1º Juízo Cível .....	30 000\$00
Tribunal Regional da Praia — 2º Juízo Criminal .....	30 000\$00
Tribunal Regional da Praia — 2º Juízo Cível .....	30 000\$00
Tribunal Regional de S. Vicente — Juízo Crime .....	30 000\$00
Tribunal Regional de S. Vicente — Juízo Cível .....	30 000\$00
Tribunal Regional de Santa Catarina .....	20 000\$00
Tribunal Regional do Fogo .....	20 000\$00
Tribunal Regional de Santo Antão .....	20 000\$00
Tribunal Sub-Regional de Tarrafal .....	10 000\$00



Tribunal Sub-Regional de Santa Cruz .....	10 000\$00	Tribunal Regional de Santo Antão .....	10 000\$00
Tribunal Sub-Regional do Maio .....	20 000\$00	Tribunal Sub-Regional de Tarrafal .....	10 000\$00
Tribunal Sub-Regional da Boa Vista .....	20 000\$00	Tribunal Sub-Regional de Santa Cruz .....	10 000\$00
Tribunal Sub-Regional da Brava .....	20 000\$00	Tribunal Sub-Regional do Maio .....	10 000\$00
Tribunal Sub-Regional do Sal .....	20 000\$00	Tribunal Sub-Regional da Brava .....	10 000\$00
Tribunal Sub-Regional do Porto Novo .....	20 000\$00	Tribunal Sub-Regional do Sal .....	15 000\$00
Tribunal Sub-Regional de S. Nicolau .....	20 000\$00	Tribunal Sub-Regional da Boa Vista .....	10 000\$00
Cativos para movimento do pessoal .....	25 000\$00	Tribunal Sub-Regional do Paúl .....	10 000\$00
	<hr/>	Tribunal Sub-Regional do Porto Novo .....	10 000\$00
	405 000\$00	Tribunal Sub-Regional de S. Nicolau .....	10 000\$00
Código 23º — Bens não duradouros — Combustíveis e lubrificantes.		Cativos para aquisição de livros e impressos	50 000\$00
Dotação orçamental	485 600\$00		<hr/>
Dedução de 10% cativos .....	48 560\$00		360 000\$00
	437 040\$00	Código 27º — Bens não duradouros — Outros:	
Tribunal Regional da Praia — 1º Juízo Criminal .....	40 000\$00	Dotação orçamental	150 000\$00
Tribunal Regional da Praia — 1º Juízo Cível .....	40 000\$00	Dedução de 10% cativos .....	15 000\$00
Tribunal Regional da Praia — 2º Juízo Criminal .....	40 000\$00		<hr/>
Tribunal Regional da Praia — 2º Juízo Cível .....	40 000\$00		135 000\$00
Tribunal Regional de S. Vicente — Juízo Crime .....	30 000\$00	Tribunal Regional da Praia — 1º Juízo Criminal .....	10 000\$00
Tribunal Regional de S. Vicente — Juízo Cível .....	30 000\$00	Tribunal Regional da Praia — 1º Juízo Cível .....	10 000\$00
Tribunal Regional de Santa Catarina .....	20 000\$00	Tribunal Regional da Praia — 2º Juízo Criminal .....	10 000\$00
Tribunal Regional do Fogo .....	30 000\$00	Tribunal Regional da Praia — 2º Juízo Cível .....	10 000\$00
Tribunal Regional de Santo Antão .....	20 000\$00	Tribunal Regional de S. Vicente — Juízo Crime .....	10 000\$00
Tribunal Sub-Regional de Tarrafal .....	8 000\$00	Tribunal Regional de S. Vicente — Juízo Cível .....	10 000\$00
Tribunal Sub-Regional de Santa Cruz .....	20 000\$00	Tribunal Regional de Santa Catarina .....	10 000\$00
Tribunal Sub-Regional do Maio .....	8 000\$00	Tribunal Regional do Fogo .....	10 000\$00
Tribunal Sub-Regional da Brava .....	10 000\$00	Tribunal Regional de Santo Antão .....	10 000\$00
Tribunal Sub-Regional da Boa Vista .....	16 000\$00	Tribunal Sub-Regional de Tarrafal .....	7 000\$00
Tribunal Sub-Regional do Porto Novo .....	10 000\$00	Tribunal Sub-Regional de Santa Cruz .....	10 000\$00
Tribunal Sub-Regional de S. Nicolau .....	20 000\$00	Tribunal Sub-Regional de S. Nicolau .....	10 000\$00
Cativos para despesas diversas .....	55 040\$00	Tribunal Sub-Regional do Porto Novo .....	7 000\$00
	<hr/>	Cativos para despesas diversas .....	11 000\$00
	437 040\$00		<hr/>
Código 26º — Bens duradouros — Consumo de Secretaria:			135 000\$00
Dotação orçamental .....	400 000\$00	Código 28º — Aquisição de Serviços:	
Dedução de 10% cativos .....	40 000\$00	Encargos das Inalações:	
	<hr/>	Dotação orçamental	280 000\$00
	360 000\$00	Dedução de 10% cativos .....	28 000\$00
Tribunal Regional da Praia — 1º Juízo Criminal .....	30 000\$00		<hr/>
Tribunal Regional da Praia — 1º Juízo Cível .....	30 000\$00		252 000\$00
Tribunal Regional da Praia — 2º Juízo Criminal .....	30 000\$00	Tribunal Regional da Praia — 1º Juízo Criminal .....	20 000\$00
Tribunal Regional da Praia — 2º Juízo Cível .....	30 000\$00	Tribunal Regional da Praia — 1º Juízo Cível .....	20 000\$00
Tribunal Regional de S. Vicente — Juízo Crime .....	30 000\$00	Tribunal Regional da Praia — 2º Juízo Criminal .....	20 000\$00
Tribunal Regional de S. Vicente — Juízo Cível .....	30 000\$00	Tribunal Regional da Praia — 2º Juízo Cível .....	20 000\$00
Tribunal Regional de Santa Catarina .....	15 000\$00	Tribunal Regional de S. Vicente — Juízo Crime .....	20 000\$00
Tribunal Regional do Fogo .....	10 000\$00		

10 000\$00	Tribunal Sub-Regional do Porto Novo	10 000\$00	Tribunal Sub-Regional do Porto Novo
15 000\$00	Tribunal Sub-Regional de S. Nicolau	10 000\$00	Tribunal Sub-Regional de S. Nicolau
5 000\$00	Tribunal Sub-Regional do Paul	15 000\$00	Tribunal Sub-Regional do Paul
48 000\$00	Catívos para as despesas diversas	15 000\$00	Tribunal Regional do Fogo
360 000\$00	Código 31º — Aquisição de serviços, não específicos:	10 000\$00	Tribunal Regional de Santa Catarina
		15 000\$00	Tribunal Regional de Santo Antão
		15 000\$00	Tribunal Sub-Regional de Santa Cruz
		8 000\$00	Tribunal Sub-Regional de Tarrafal
		6 000\$00	Tribunal Sub-Regional do Maio
		6 000\$00	Tribunal Sub-Regional da Brava
		10 000\$00	Tribunal Sub-Regional do Sal
		6 000\$00	Tribunal Sub-Regional da Boa Vista
		8 000\$00	Tribunal Sub-Regional do Porto Novo
		8 000\$00	Tribunal Sub-Regional de S. Nicolau
		4 000\$00	Tribunal Sub-Regional do Paul
		26 000\$00	Catívos para as despesas diversas
252 000\$00			
		30 000\$00	Dotação orgamental 1 040 000\$00
		30 000\$00	Tribunal Regional do Fogo
		30 000\$00	Tribunal Regional de Santo Antão
		10 000\$00	Tribunal Sub-Regional do Tarrafal
		48 000\$00	Tribunal Sub-Regional de Santa Cruz
		120 000\$00	Tribunal Sub-Regional do Maio
		72 000\$00	Tribunal Sub-Regional da Brava
		96 000\$00	Tribunal Sub-Regional da Boa Vista
		180 000\$00	Tribunal Sub-Regional do Porto Novo
		434 000\$00	Tribunal Sub-Regional de S. Nicolau
1 040 000\$00		20 000\$00	Tribunal Sub-Regional do Paul
		360 000\$00	Tribunal Regional da Praia — 1º Juízo
		30 000\$00	Criminal
		30 000\$00	Tribunal Regional de Santo Antão
		30 000\$00	Tribunal Sub-Regional do Fogo
		10 000\$00	Tribunal Regional de Santa Catarina
		15 000\$00	Tribunal Regional do Fogo
		15 000\$00	Tribunal Regional de Santo Antão
		15 000\$00	Tribunal Sub-Regional de Tarrafal
		10 000\$00	Tribunal Sub-Regional de Santa Cruz
		10 000\$00	Tribunal Sub-Regional do Maio
		8 000\$00	Tribunal Sub-Regional da Brava
		8 000\$00	Tribunal Sub-Regional de S. Nicolau
		8 000\$00	Tribunal Sub-Regional do Paul
		4 000\$00	Catívos para as despesas diversas
		252 000\$00	Código 29º — Aquisição de serviços, locação de bens:
		1 040 000\$00	Dotação orgamental 1 040 000\$00
		30 000\$00	Tribunal Regional do Fogo
		30 000\$00	Tribunal Regional de Santo Antão
		30 000\$00	Tribunal Sub-Regional do Tarrafal
		10 000\$00	Tribunal Sub-Regional de Santa Cruz
		48 000\$00	Tribunal Sub-Regional de Santo Antão
		120 000\$00	Tribunal Sub-Regional do Maio
		72 000\$00	Tribunal Sub-Regional da Brava
		96 000\$00	Tribunal Sub-Regional da Boa Vista
		180 000\$00	Tribunal Sub-Regional do Porto Novo
		434 000\$00	Tribunal Sub-Regional de S. Nicolau
		20 000\$00	Tribunal Sub-Regional do Paul
		360 000\$00	Tribunal Regional da Praia — 1º Juízo
		30 000\$00	Criminal
		30 000\$00	Tribunal Regional da Praia — 1º Juízo
		30 000\$00	Tribunal Regional de Santo Antão
		30 000\$00	Tribunal Sub-Regional do Fogo
		30 000\$00	Tribunal Regional de Santa Catarina
		30 000\$00	Tribunal Sub-Regional de Tarrafal
		30 000\$00	Tribunal Sub-Regional de Santa Cruz
		30 000\$00	Tribunal Sub-Regional do Maio
		30 000\$00	Tribunal Sub-Regional da Brava
		30 000\$00	Tribunal Sub-Regional de S. Nicolau
		30 000\$00	Tribunal Sub-Regional do Paul
		30 000\$00	Catívos para as despesas diversas
		40 000\$00	Dotação orgamental 400 000\$00
		40 000\$00	Dedução de 10% catívos
		360 000\$00	Código 30º — Aquisição de serviços, transportes e comunicações:
		360 000\$00	Dotação orgamental 1 500 000\$00
		150 000\$00	Dedução de 10% catívos
		1 350 000\$00	Código 52º — Investimentos, maquinaria e equipamentos:
		200 000\$00	Dotação orgamental
		200 000\$00	Dedução de 10% catívos
		180 000\$00	II
		1 500 000\$00	Procuradorias Regionais e Sub-Regionais
		20 000\$00	Capítulo 1º, diviso 10º:
		84 000\$00	Código 1.41º — Salários do pessoal eventual:
		84 000\$00	Dotação orgamental
		54 000\$00	Procuradoria Regional da Praia
		30 000\$00	Procuradoria Regional de S. Vicente
		84 000\$00	

## Código 1.42º — Remuneração do pessoal diverso:

Dotação orçamental	80 000\$00
Procuradoria Regional do Fogo .....	40 000\$00
Procuradoria Regional de S. Vicente .....	40 000\$00
	<hr/>
	84 000\$00

## Código 3º — Horas extraordinárias:

Dotação orçamental	50 000\$00
Dedução de 10% cativos .....	5 000\$00
	<hr/>
	45 000\$00

Procuradoria Regional da Praia para pagamento do condutor de viatura Hiace

CVS-8881 .....	50 000\$00
----------------	------------

## Código 9º — Abonos diversos, especie:

Dotação orçamental	580 000\$00
Procuradoria Regional da Praia .....	300 000\$00
Procuradoria Regional de S. Vicente .....	200 000\$00
Cativos para as despesas diversas .....	80 000\$00
	<hr/>
	580 000\$00

## Código 10.01 — Abono de família 80 000\$00

## Código 14º — Deslocações, compensações de encargos:

Dotação orçamental	450 000\$00
Dedução de 10% cativos .....	45 000\$00
	<hr/>
	405 000\$00

Procuradoria Regional da Praia .....	60 000\$00
Procuradoria Regional S. Vicente .....	50 000\$00
Procuradoria Regional de Santa Catarina	30 000\$00
Procuradoria Regional do Fogo .....	30 000\$00
Procuradoria Regional de Santo Antão ....	30 000\$00
Procuradoria Sub-Regional de Santa Cruz	20 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Tarrafal ....	20 000\$00
Procuradorial Sub-Regional da Brava .....	20 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Sal .....	25 000\$00
Procuradoria Sub-Regional da Boa Vista ..	20 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Porto Novo	30 000\$00
Procuradoria Sub-Regional de S. Nicolau .	30 000\$00
Cativos para as despesas diversas — Movimento do pessoal .....	40 000\$00
	<hr/>
	405 000\$00

## Código 23º — Bens não duradouros — Combustíveis e lubrificantes:

Dotação orçamental	430 000\$00
Dedução de 10% cativos .....	43 000\$00
	<hr/>
	387 000\$00

Procuradoria Regional da Praia incluindo com despesas de manutenção com á viatura Hiace .....	110 000\$00
Procuradoria Regional S. Vicente .....	40 000\$00
Procuradoria Regional de Santa Catarina	30 000\$00

Procuradoria Regional do Fogo .....	30 000\$00
Procuradoria Regional de Santo Antão ....	20 000\$00
Procuradoria Sub-Regional de Santa Cruz ...	20 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Tarrafal ....	10 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Maio .....	10 000\$00
Procuradoria Sub-Regional da Brava .....	10 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Sal .....	15 000\$00
Procuradoria Sub-Regional da Boa Vista ..	10 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Porto Novo	20 000\$00
Procuradoria Sub-Regional de S. Nicolau .	20 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Paúl .....	10 000\$00
Cativos para as despesas diversas .....	32 000\$00
	<hr/>
	387 000\$00

## Código 26º — Bens não duradouros, consumo de secretaria

Dotação orçamental	300 000\$00
Dedução de 10% cativos .....	30 000\$00
	<hr/>
	270 000\$00

Procuradoria Regional da Praia .....	50 000\$00
Procuradoria Regional de S. Vicente .....	30 000\$00
Procuradoria Regional de Santa Catarina	20 000\$00
Procuradoria Regional do Fogo .....	20 000\$00
Procuradoria Regional de Santo Antão ....	20 000\$00
Procuradoria Sub-Regional de Santa Cruz	15 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Tarrafal ....	15 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Maio .....	10 000\$00
Procuradoria Sub-Regional da Brava .....	10 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Sal .....	10 000\$00
Procuradoria Sub-Regional da Boa Vista ..	10 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Porto Novo	10 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Paúl .....	5 000\$00
Procuradoria Sub-Regional de S. Nicolau .	10 000\$00
Cativos para aquisição de livros e impressos	25 000\$00
	<hr/>
	270 000\$00

## Código 27º — Bens não duradouros — Outros:

Dotação orçamental	260 000\$00
Dedução de 10% cativos .....	26 000\$00
	<hr/>
	234 000\$00

Procuradoria Regional da Praia .....	40 000\$00
Procuradoria Regional de S. Vicente .....	20 000\$00
Procuradoria Regional de Santa Catarina	22 000\$00
Procuradoria Regional do Fogo .....	22 000\$00
Procuradoria Regional de Santo Antão ....	22 000\$00
Procuradoria Sub-Regional de Santa Cruz	10 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Tarrafal ....	10 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Maio .....	6 000\$00
Procuradoria Sub-Regional da Brava .....	5 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Sal .....	7 000\$00
Procuradoria Sub-Regional da Boa Vista ..	6 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Porto Novo	10 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Paúl .....	3 000\$00
Procuradoria Sub-Regional de S. Nicolau .	10 000\$00
Cativos para despesas diversas .....	41 000\$00
	<hr/>
	234 000\$00

Código 28º — Aquisição de serviços — Encargos de instalações:

Dotação orçamental	178 000\$00
Dedução de 10% activos	17 800\$00
	160 200\$00
Procuradoria Regional de S. Vicente	20 000\$00
Procuradoria Regional de Santa Catarina	20 000\$00
Procuradoria Regional do Fogo	20 000\$00
Procuradoria Regional de Santo Antão	15 000\$00
Procuradoria Sub-Regional de Santa Cruz	5 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Tarrafal	5 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Maio	5 000\$00
Procuradoria Sub-Regional da Brava	5 000\$00
Procuradoria Sub-Regional da Boa Vista	5 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Sal	5 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Porto Novo	5 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Paúl	5 000\$00
Cativos para despesas diversas	45 200\$00
	160 200\$00

Código 30º — Aquisição de serviços, transportes e comunicações:

Dotação orçamental	300 000\$00
Dedução de 10% activos	30 000\$00
	270 000\$00
Procuradoria Regional da Praia	35 000\$00
Procuradoria Regional de S. Vicente	30 000\$00
Procuradoria Regional de Santa Catarina	15 000\$00
Procuradoria Regional do Fogo	15 000\$00
Procuradoria Regional de Santo Antão	15 000\$00
Procuradoria Sub-Regional de Santa Cruz	10 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Tarrafal	10 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Maio	10 000\$00
Procuradoria Sub-Regional da Brava	10 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Sal	10 000\$00
Procuradoria Sub-Regional da Boa Vista	10 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Porto Novo	10 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Paúl	10 000\$00
Procuradoria Sub-Regional de S. Nicolau	10 000\$00
Cativos para despesas diversas	70 000\$00
	270 000\$00

Código 31º — Aquisição de serviços não especificados:

Dotação orçamental	200 000\$00
Dedução de 10% activos	20 000\$00
	180 000\$00
Procuradoria Regional da Praia	30 000\$00
Procuradoria Regional de S. Vicente	20 000\$00
Procuradoria Regional de Santa Catarina	10 000\$00
Procuradoria Regional do Fogo	15 000\$00
Procuradoria Regional de Santo Antão	15 000\$00
Procuradoria Sub-Regional de Santa Cruz	10 000\$00

Procuradoria Sub-Regional do Tarrafal	8 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Maio	10 000\$00
Procuradoria Sub-Regional da Brava	8 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Sal	10 000\$00
Procuradoria Sub-Regional da Boa Vista	8 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Porto Novo	10 000\$00
Procuradoria Sub-Regional de S. Nicolau	8 000\$00
Procuradoria Sub-Regional do Paúl	8 000\$00
Cativos para despesas diversas	10 000\$00
	180 000\$00

Código 52º — Investimento — Maquinaria e equipamento:

Dotação orçamental	300 000\$00
Dedução de 10%	30 000\$00
	270 000\$00

Art. 2º As Repartições de Finanças Concelhias ficam autorizadas a proceder a liquidação provisória e pagamento das despesas que foram efectuadas em conta das verbas distribuídas, mediante a apresenatação dos competentes justificativos.

Ministério da Justiça e do Trabalho, 3 de Agosto de 1992. — O Ministro, *Eurico Correia Monteiro*.

—o§o—

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANEAMENTO

Gabinete do Ministro

Portaria nº 45/92

de 3 de Agosto

Nos termos do artigo 17º do Decreto-Lei nº 101-Q/90, de 23 de Novembro, Manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Ministro das Finanças e Planeamento o seguinte:

Artigo único.

Os activos representativos e caucionadores das proviões técnicas a serem respeitadas, pelas Seguradoras, a partir de 1 de Julho de 1992, serão os seguintes:

	Mínimo	Máximo
Depósitos a prazo	—	55%
Imóveis	20%	40%
Títulos das autarquia locais e ou empréstimos às autarquias locais c/aval do Estado	—	20%
Títulos de dívida pública do Estado de Cabo Verde	—	40%

Ministério das Finanças e do Planeamento, 25 de Junho de 1992. — O Ministro, *José Tomás Veiga*.